



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI CM 002/2023

I - MATÉRIA

CM 002/2023 - Dispõe sobre Revisão Geral Anual – RGA – referente ao ano de 2022, bem como sobre o aumento real no vencimento dos servidores públicos de provimento efetivo do Poder Legislativo Municipal; Cria o Cargo de Coordenador Parlamentar; Dispõe sobre modificações na Lei Municipal Nº 895/2012, alterando o Quadro de Servidores Comissionados; e altera os Valores das Funções Gratificadas de que trata a Lei Municipal Nº 2286/2022, e da outras providências.

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado os Pareceres Jurídico e Técnico, e assim pude verificar que o Projeto atende os princípios de constitucionalidade, uma vez que a iniciativa da proposição em epígrafe é válida, pois pretende dispor sobre Revisão Geral Anual – RGA – referente ao ano de 2022, bem como sobre o aumento real no vencimento dos servidores públicos de provimento efetivo do Poder Legislativo Municipal; Cria o Cargo de Coordenador Parlamentar; Dispõe sobre modificações na Lei Municipal Nº 895/2012, alterando o Quadro de Servidores Comissionados; e altera os Valores das Funções Gratificadas de que trata a Lei Municipal Nº 2286/2022, e da outras providências.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei CM 002/2023.

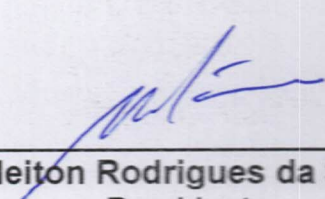


III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator Deroci de Matos, os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão De Legislação, Justiça E Redação Final, após análise do Projeto de Lei **CM 002/2023**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica-legislativa, votando favoravelmente, também quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 20 de janeiro de 2023.



Cleiton Rodrigues da Silva
Presidente

João Bosco de Arruda
Membro



Deroci de Matos
Relator